

**TEMA: Políticas, Programas e Medidas Habitacionais – da urgência da oferta à qualidade global**

## **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E A DIMENSÃO DA PRECARIEDADE DAS MORADIAS NO BRASIL**



Rosana Denaldi<sup>a</sup> Leonardo R. P. Piqui<sup>b</sup> Maria V. O. Martins<sup>c</sup>

*(a: Rosana Denaldi: Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora da Universidade Federal do ABC, rosana.denaldi@ufabc.edu.br; b: Leonardo Rodrigues Pitas Piqui: Doutorando em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, leonardo.piqui@ufabc.edu.br; c: Maria Vitória de Oliveira Martins: Mestranda em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, martins.maria@ufabc.edu.br)*

### **Resumo:**

A favela constituiu-se como alternativa de moradia para grande parcela da população brasileira e a “urbanização de favelas” tornou-se o tipo de intervenção mais praticado. Apesar de serem relevantes os resultados das intervenções para a melhoria das condições de vida dos moradores, ainda existem situações de elevada precariedade nas moradias em favelas consolidadas.

Embora haja uma vasta literatura sobre a trajetória das políticas de urbanização de favelas no Brasil, incluindo análises da implementação dessas políticas em diferentes cidades brasileiras, há um número reduzido de estudos que se dedicam à qualidade da moradia e à apropriação do ambiente da favela após a urbanização.

Há indicadores de que essa precariedade domiciliar não é enfrentada quando ocorrem as intervenções em favelas e que ainda são baseadas no paradigma de que o “problema” das favelas pode ser resolvido com a execução de obras de infraestrutura. Essa precariedade é atribuída à dimensão “da porta para dentro”, que, apesar de reconhecer a influência do meio ambiente urbano, considera as características internas do domicílio, tais como a salubridade, o adensamento e a segurança construtiva.

Este artigo apresenta uma análise sistemática de estudos que demonstram a permanência de moradias precárias em favelas urbanizadas e discute os fatores que contribuem para essa situação, tais como: a produção por autoconstrução; o modelo dos programas de urbanização de favelas; os princípios fundamentais, como o de evitar um número excessivo de remoções; a continuidade do adensamento construtivo após a intervenção; e a dificuldade de os governos municipais exercerem a manutenção e o controle urbano. Ao longo da discussão, são apresentados os desafios atuais das iniciativas de urbanização, melhoria habitacional, assessoria e assistência técnica.



Discutir a qualidade da moradia gerada pelos projetos de urbanização de favelas é crucial para aprimorar as políticas públicas que visam assegurar o direito à moradia digna e a sustentabilidade das cidades.

**Palavras-chave:** Brasil; Favela; Urbanização de Favelas; Precariedade Habitacional; Habitação popular.



## 1. Introdução

Há mais de um século, as favelas fazem parte das cidades brasileiras, tendo surgido e se difundido devido à relação entre o modelo de desenvolvimento adotado e as desigualdades sociais decorrentes. São, geralmente, caracterizadas como assentamentos resultantes da ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, que são habitados por população de menor renda em moradias precárias, sem infraestrutura de urbanização e serviços públicos adequados. Contudo, os territórios de favelas apresentam uma diversidade de características, principalmente devido aos fatores geográficos, e sofreram intensas alterações ao longo da história econômica, política e social do Brasil. Desde o seu surgimento, o tratamento do Estado foi desde a erradicação, com o objetivo de eliminar as favelas, prática conhecida como "desfavelamento", até a aceitação, que envolve a ausência de alternativas e de controle urbano, além de medidas de consolidação do assentamento [1, 2]. Atualmente, estima-se que existam cerca de 14 mil favelas em mais de 700 cidades brasileiras, que concentram mais de 5 milhões de domicílios [3].

A "urbanização de favelas" tornou-se o tipo de intervenção mais comum, fundamentado no princípio de melhoria das condições de moradia. Em linhas gerais, as intervenções estão relacionadas à infraestrutura básica e aos serviços públicos, como o abastecimento de água, energia e iluminação pública; a coleta de águas pluviais, esgoto e resíduos sólidos; e a abertura ou manutenção de viário. Com muito menos frequência, são implantados equipamentos comunitários e produzidas novas unidades habitacionais, que, geralmente, são necessárias para repor as que foram ou deveriam ser removidas pela intervenção. As obras de mitigação e prevenção de riscos também são frequentes, dependendo do contexto da favela, embora estejam, geralmente, associadas à remoção e às obras de contenção e drenagem.

Tais ações são possíveis devido à consolidação da urbanização de favelas como uma política pública social. No Brasil, a continuidade das intervenções, com base nas trajetórias municipais, resultou na criação de modalidades ou programas específicos em âmbito federal para financiar as intervenções. Nesse cenário, os governos estaduais e municipais, independentemente das alterações de gestão e, particularmente, partidárias, mantiveram, de certa forma, a urbanização de favelas em suas agendas, planos e projetos. Além disso, as ações também se tornaram uma pauta de reivindicação de movimentos populares que defendem os favelados ou lutam por moradia, embora, atualmente, seja menos colocada. Em geral, há uma avaliação positiva quanto à necessidade e realização de intervenções por meio de políticas e programas públicos, no entanto, elas estão sujeitas a diversas contradições, limitações e dificuldades de desempenho [4, 5, 6].

Dentre elas, a dimensão da moradia é relevante: apesar das intervenções, muitas favelas urbanizadas não apresentam condições adequadas de habitabilidade em relação ao domicílio. Nesse contexto, é reconhecido um aumento da gravidade das condições de adensamento, salubridade e segurança física, que afeta diretamente a saúde coletiva [7]. Essa é uma das suas principais contradições, considerando que um dos princípios fundamentais da urbanização de favelas é a melhoria das condições de moradia e, sobretudo, por ser no domicílio onde se realiza grande parte da vida social do morador de favela. As limitações a essa dimensão também são muitas. Os programas e a cultura de intervenção, em geral, não consideram a produção ou a intervenção na moradia como um de seus componentes. Deve-se levar em conta que, mesmo no âmbito do assentamento, as intervenções não garantem as melhores condições, muitas vezes agravando as situações de inadequação. Essas circunstâncias indicam um enunciado em que urbanização de favelas contribui para a consolidação da precariedade sobre o assentamento e no interior da moradia.



Com isso, o objetivo deste artigo é pensar a urbanização como intervenção nas condições habitacionais (seção 2) relacionada à *dimensão da precariedade* na unidade de moradia em favelas brasileiras (seção 3). A partir da organização sistemática de trabalhos dedicados ao tema, discutem-se os diferentes fatores que estão relacionados ao enunciado: a forma de produção do espaço por autoconstrução; as características do ambiente construído resultante; e a dificuldade de os governos locais executarem medidas de pós-urbanização, tais como o controle, fiscalização e manutenção urbana. Em atualização ao debate, são destacados os desafios colocados às ações de melhoria habitacional e de assessoria e assistência técnica; e são reconhecidos os avanços no conhecimento em direção à “porta para dentro”. A seção 4, de acordo com o que foi discutido nas anteriores, apresenta uma interpretação territorial a partir da favela de Heliópolis, considerada a maior favela da cidade de São Paulo, que, por sua vez, tem o maior número de favelas do Brasil, com a finalidade de representar a discussão teórica no território. As notas finais revisam as compreensões obtidas e enfatizam a importância das políticas habitacionais incluírem o tratamento da precariedade da moradia favelada como parte das intervenções de urbanização.

## 2. A urbanização de favelas como intervenção nas condições de moradia

A urbanização de favelas no Brasil, assim como em outros países do Sul global, se consolidou ao longo da segunda metade do século XX como a resposta mais adequada para esses assentamentos em termos de política pública. A partir das iniciativas e trajetórias locais, formaram-se programas e planos nacionais que permitiram a distribuição de significativos investimentos públicos. Durante este período, a maioria das cidades brasileiras onde há núcleos de favelas recebeu intervenções fundamentadas nos princípios desta política. As novas agendas urbanas estimulam a adoção do mesmo caminho para outras cidades do mundo que apresentam assentamentos e realidades semelhantes, motivando acordos multilaterais entre algumas organizações internacionais [8, 9, 10].

Os fundamentos das políticas de urbanização de favelas abrangem tanto o objetivo de melhorar as condições habitacionais e urbanas desse tipo de assentamento, como forma de concretizar o direito à cidade e à moradia digna; quanto o objetivo de reduzir a pobreza e a informalidade urbana [11, 12]. Além disso, há os princípios políticos, econômicos e projetuais, como o de evitar um número excessivo de remoções, justificado, seja pela manutenção dos vínculos sociais, seja pelas limitações administrativas, financeiras e operacionais. Com base nesses fundamentos, foram estabelecidos critérios gerais de projeto; escopos programáticos restritivos e uma prática de intervenção voltada à infraestruturação urbana e, em menor grau, à equipamentação comunitária.

No entanto, as favelas são assentamentos heterogêneos que estão em constante transformação, além de serem regionalmente diversas. Atualmente, as favelas apresentam uma complexa rede de agentes; múltiplas dinâmicas financeiras e imobiliárias; diferentes formas de uso e ocupação da terra; e diversas características do ambiente construído. Assim sendo, os mesmos princípios e práticas de urbanização não são capazes de responder à realidade de forma atualizada, abrangente e eficaz.

De acordo com Petrarolli [13], que analisa um dos principais e mais atuais programas de urbanização de favelas, a modalidade de "Urbanização de Assentamentos Precários", do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esses problemas são representados pela *temporalidade* dos processos de urbanização de favelas. A conhecida



morosidade está relacionada às dificuldades em aprovar, complementar e compatibilizar os projetos; atender às exigências das instituições que administram e disponibilizam os recursos financeiros; e, particularmente, à complexa gestão da execução das obras, que enfrenta problemas inesperados devido às características e dinâmicas das favelas que não são contempladas ou incorporadas pelo planejamento.

Assim, a urbanização de favelas no Brasil constitui um modelo no qual, através de processos lentos e intermitentes, são realizadas intervenções nos aspectos urbanístico dos assentamentos, sem grande influência nos aspectos ambientais, da unidade de moradia ou da regularização fundiária. Além disso, a intersectorialidade das ações é insuficiente ou inexistente, ou seja, pouco ou nenhum esforço é feito em direção à integração com outras políticas setoriais. Nesse campo, é relevante salientar o papel da integração entre as políticas habitacionais e urbanas. Como é sabido, “uma política urbana consistente deve combinar a urbanização de assentamentos precários com a produção de novas moradias e apoio à construção progressiva, em especial para os grupos de mais baixa renda” [14], mas esse é um aspecto pouco avançado na trajetória brasileira. Além disso, apesar de um “modelo” estabelecido, existem diferentes níveis de atendimento, o que resulta em distintos graus de cobertura e níveis de qualidade física para as favelas urbanizadas.

Como uma demonstração dos efeitos dos diferentes níveis de realização das iniciativas de urbanização, o Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC, elaborado pelo Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR) da Universidade Federal do ABC (UFABC), em 2016, para o Consórcio Intermunicipal Grande ABC – que abrange sete cidades vizinhas, pertencentes a Região Metropolitana de São Paulo, agrupadas por uma identificação industrial e dinâmicas socioeconômicas –, identificou diferentes tipos de características e intervenções necessárias em relação aos assentamentos precários. Em todo o ABC Paulista, os *assentamentos urbanizados, consolidados e irregulares, que demandam ações de regularização fundiária*, representados pela classificação “T1”, correspondiam a 331 (42%); os *assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras de infraestrutura, podendo necessitar de alguma remoção*, “T2”, 196 (24,9%); os *assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras complexas de urbanização e/ou percentual elevado de remoção*, “T3”, 180 (22,8%); e os classificados como *assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios*, identificado enquanto “T4”, compreendia 81, 10,3% dos assentamentos da região [15]. Esses dados, relacionados a algumas das cidades pioneiras em intervenções em favelas, comprovam que a urbanização avançou na consolidação e complementação do assentamento, como retratado pela tipologia “T1”. No entanto, a maioria ainda necessita de intervenções, como as “T2” ou “T3”. A classificação “T4” geralmente abrange assentamentos não urbanizados, mas que podem ter recebido alguma camada de intervenção.

Sendo assim, a urbanização de favelas como intervenção nas condições de moradia é limitada em termos de alcance, sendo, em geral, realizada através da infraestrutura urbana, o que é insuficiente para atingir a dimensão da unidade habitacional, como será abordado na próxima seção. Além disso, é limitada em termos de universalização, uma vez que, em uma mesma cidade ou região, mesmo com tradição de execução desta política, os níveis de atendimento são distintos para os numerosos assentamentos. A regularização fundiária se apresenta como uma das principais irresoluções desta política. Ainda assim, é relevante salientar que, em experiências mais amplas de intervenções, os benefícios advindos das iniciativas de urbanização de favelas são amplamente reconhecidos [8, 14].

### 3. Uma análise exploratória sobre a *dimensão da precariedade* das moradias em favelas brasileiras

A permanência de habitações precárias em favelas urbanizadas está relacionada às características, contextos e limitações das intervenções e políticas de urbanização, como discutido na seção anterior, associados a outros fatores, como: a forma de produção do espaço; o ambiente construído resultante; a dificuldade de os governos locais executarem medidas de pós-urbanização, como o controle, fiscalização e manutenção urbana; os desafios colocados às ações de melhoria habitacional e de assessoria e assistência técnica; e, em especial, ao limitado conhecimento do problema. Nesta seção, a partir de uma análise exploratória dos trabalhos que tratam das condições de moradia em favelas brasileiras, procura-se retratar os indicadores da *dimensão de precariedade* neste universo, que, geralmente, se manifestam com maior presença no interior dos domicílios. O avanço do conhecimento nesta direção é relevante para a atualização do debate da realidade da habitação no Brasil e para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à garantia do direito à moradia digna e à saúde coletiva.

#### 3.1 Autoconstrução da moradia e características do ambiente construído resultante

A autoconstrução ainda é a forma predominante de construir uma moradia nas favelas brasileiras, apesar da mudança de agentes, arranjos e meios desta produção estabelecer uma complexidade social que, atualmente, desperta novas demandas de pesquisa. O canteiro de obras da autoconstrução em favelas está sujeito às alterações de recursos financeiros e materiais, assim como à capacidade e disponibilidade de mão de obra, condicionados pelo planejamento e renda familiar, que, em geral, é baixa, informal e variável. Isso significa que a construção pode levar anos para ser completada ou, como é comum, nunca ser concluída [16]. Devido a isso, diversos problemas construtivos e estruturais, associados à inserção da edificação no assentamento – durante ou após a sua ocupação e formação –, bem como à forma de sua compartimentação interna, tornam-se fatores determinantes nas condições de salubridade da moradia. Neste aspecto, destacam-se as dificuldades ao acesso solar e à ventilação natural, à estanqueidade à água da chuva e do solo e às ligações com as infraestruturas urbanas [17].

Pasternak e D'Ottaviano [18] analisaram as condições de moradia da população favelada com base no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, destacando as seguintes características: (a) *dificuldade de acesso físico*, uma vez que a maioria dos domicílios é acessível por vias estreitas, como travessas, escadarias e rampas, ou não possuem vias de circulação; além disso, cerca de 48% dos assentamentos de favela estavam situados em áreas com acentuada declividade moderada ou acentuada; (b) *ausência de espaçamento entre as unidades domiciliares*, que, de acordo com os dados, correspondia a 73% da amostra, o que revela também a ausência de espaços livres; (c) *aumento da verticalização*, 30% dos domicílios favelados no Brasil já tinham três pavimentos naquele período; (d) *densidade relativamente elevada*, embora a alta da densidade demográfica nas favelas brasileiras não seja predominante, trata-se de uma marca das regiões metropolitanas que concentram o maior número delas; e (e) *consolidação do uso de alvenaria de blocos sem revestimento*, realidade material que, em São Paulo, a maior cidade do país, representa 97% dos domicílios favelados.



Essas condições confirmam a mudança nas características das moradias desde o início do processo de favelização no Brasil, que já foram caracterizadas por materialização em madeira, horizontalidade na expansão do solo e na altura das edificações, além de extrema pobreza e ausência de infraestrutura [19]. Diante dos dados disponíveis, as autoras destacam que “morar em favela no Brasil já não é o mesmo que no século passado: 88% dos domicílios favelados são servidos por rede pública de água, 56% por rede de esgoto, 76% têm algum tipo de coleta de lixo e 72% usufruem de energia elétrica com medidor domiciliar instalado” [18]. Entretanto, a dificuldade de acesso à água potável e a precariedade do esgotamento sanitário ainda persiste, em meio à desigualdade entre as regiões, estados e municípios brasileiros. Os avanços apresentados pelas autoras estão relacionados ao entendimento positivo da urbanização de favelas como medida de intervenção nas condições de moradia, como discutido na seção 2. A atualização desses dados está prejudicada devido ao atraso no recenseamento de 2020, assim como pela exclusão de questões relevantes ao universo e à amostra.

Os trabalhos em que a metodologia está fundamentada em análises que se estendem ao interior do domicílio favelado revelam graus mais específicos das características. Coelho [7], em uma pesquisa realizada em três favelas localizadas em cidade da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), destaca a presença de: (a) *ventilação parcialmente adequada ou inadequada*, situações em que há ambientes com janela voltada para outro compartimento coberto ou situações em que há ambientes sem janelas; (b) *insolação inadequada*, situações em que o domicílio, em pelo menos uma de suas faces, não tem acesso solar mínimo de 1 hora durante o solstício de inverno; (c) *infiltração e umidade oriundas do telhado, laje e solo*, situação relacionada à morfologia do assentamento e à ausência ou insuficiência de revestimento externo, como já foi mencionado; (d) *instalações residenciais sanitárias inadequadas*, situações em que há falta ou danos às peças sanitárias básicas, como vaso sanitário, lavatório e chuveiro, além de não haver revestimento de piso e parede e reservatório de água; (e) *instalações elétricas precárias*, situações em que ligações improvisadas, fios expostos e emendas mal executadas; (f) *escadas inadequadas*, situações em que as suas dimensões, materiais ou instabilidades dificultam o acesso, ergonomia e mobilidade; e ressalta a ausência de: (g) *guarda-corpos em lajes e escadas*, situação em que a falta do elemento expõe o morador daquele domicílio ao risco de injúria física por queda de altura.

A autora argumenta que essas condições prejudicam a salubridade e a segurança física da moradia e dos moradores, agravadas pelos fatores de adensamento, quando há, o que resulta em altos índices de inadequação das habitações em favelas. De acordo com sua análise, esse quadro tem um impacto direto na saúde da população favelada, contribuindo para a incidência de doenças respiratórias, alergias, quedas e fraturas. Carvalho [20], a partir de um objeto de estudo semelhante, também identificou diversas dessas características em domicílios em uma favela da cidade do Rio de Janeiro.

Piqui [21], também conduzindo uma pesquisa em favela urbanizada situada na RMSP, contribui, através de sua amostra, para detalhar as características intradomiciliares, destacando: (a) o *tamanho*, onde 82% dos lotes analisados tinham pelo menos 40 m<sup>2</sup>, enquanto a construção tem mais de 100 m<sup>2</sup> em 75% deles, o que indica um grande adensamento construtivo e uma intensificação do solo criado em favelas; (b) a *densidade interna*, onde 37% da amostra registrou menos de 20m<sup>2</sup> por habitante; (c) a *quantidade de compartimento por domicílio* com predominância entre 5 e 7 cômodos, sendo observada a ausência significativa de compartimentos para fins de sala de estar, o aumento do uso de garagem – que geralmente requer uma reforma da edificação e a redução de outro cômodo –, e a acentuação do número de dois dormitórios no interior dos domicílios; (d) a *quantidade por compartimento sem abertura de janela*, considerando que 46% da amostra apresentou pelo menos dois ou mais cômodos



sem janelas; e (e) a *incidência por tipo de compartimento sem abertura de janela*, representando os espaços que abrigam cozinha, banheiro e dormitório como os mais suscetíveis à falta de aberturas.

A relação entre as abordagens desses trabalhos, especialmente o avanço escalar em direção ao interior da moradia, demonstram que a precariedade habitacional se manifesta com maior intensidade na dimensão “*da porta para dentro*” da favela. De acordo com Denaldi e Santos [22], este termo é uma “referência às características do domicílio, ainda que se reconheça a influência do ambiente construído”. Embora ainda sejam necessárias melhorias e intervenções no âmbito do assentamento da favela que foi urbanizada, ou seja, “*da porta para fora*”, é no interior da unidade domiciliar que são necessárias melhorias imediatas, que não serão realizadas pelos moradores sem a intervenção pública por meio de políticas, programas e medidas habitacionais.

### 3.2 Dinâmicas territoriais e ações de pós-urbanização

Os assentamentos de favela são produzidos e regulados de acordo com as suas próprias práticas, lógicas, atores e mediadores. As dinâmicas territoriais de uma favela determinam desde o direito de se apropriar do espaço público para a expansão de um ambiente privado – ou, o inverso, o direito de permitir a passagem pública no interior de um espaço privativo –, quanto à possibilidade de tolerar ou obstruir uma janela ou porta voltada para os limites de um lote ou construção vizinha. Segundo Nisida [23], nesse cenário, “a prioridade é sempre dada pelo aproveitamento do terreno para a moradia que, por sua vez, subjuga qualquer outro elemento relacionado às condições físicas e ambientais dos espaços construídos, mesmo que isso afete a qualidade e habitabilidade dos mesmos”. A falta de compreensão ou reconhecimento dessas dinâmicas pelo Estado nas tratativas de urbanização, ou gestão do espaço das favelas, é um dos principais fatores para a ineficácia das ações e propostas apresentadas.

Nestas circunstâncias, são de suma importância as ações de pós-urbanização, que podem ser entendidas como as medidas que ocorrem após a conclusão das intervenções na favela com o objetivo de assegurar a efetividade do que foi planejado e executado. Essas medidas abrangem desde a manutenção de uma infraestrutura implantada, a administração de um equipamento comunitário que possa ter sido instalado até a fiscalização do cumprimento de normas e da proteção de direitos.

Segundo Carvalho [24], os governos locais, que são os responsáveis pela execução das obras e pela gestão das favelas urbanizadas, falham ou não adotam essas medidas. Nakamura [25] sustenta que, dentre as falhas, destacam-se as que dizem respeito ao controle urbano, ou seja, as medidas de regulação urbanística e de gestão do uso, da ocupação do solo e das construções. Na moradia, a falta de controle urbano terá um impacto imediato, contribuindo para a precariedade das suas condições. De acordo com o autor, a “fraca atuação do poder público municipal na gestão desses territórios, depois de concluído o processo de urbanização, resulta em um processo de adensamento, com a verticalização das pequenas construções unifamiliares que são divididas para abrigar novas famílias”. Ademais, a ausência de controle das edificações negligencia a construção de escadas, coberturas e lajes sobre as vias públicas; a pavimentação de áreas verdes; a obstrução de fachadas com aberturas de janelas; as ligações elétricas inseguras; e pode agravar os conflitos entre os moradores vizinhos.

As deficiências nas ações de pós-urbanização devem ser consideradas em relação aos princípios das intervenções em favelas, tais como o de manter o maior número possível de unidades, evitando remoções em um cenário de difícil reposição da moradia, como discutido na seção 2. Dessa maneira, se terá uma melhor compreensão das suas capacidades e responsabilidades. Como apontado por Zuquim, Nogueira, Moretti e Canil [26], esta condição é responsável por uma permanente *remanescência* da ile-

galidade, da irregularidade, da precariedade e dos riscos na pós-urbanização de favelas.

### 3.3 Desafios às práticas de melhoria habitacional e assistência e assessoria técnica

A melhoria habitacional tem sido uma das principais maneiras de responder à precariedade da moradia consolidada pelas ações de urbanização de favelas [27]. Em linhas gerais, essa prática compreende intervenções físicas realizadas por meio da execução de serviços de construção civil que visam aprimorar as condições de salubridade e segurança da edificação, bem como, quando possível, adequar as condições de adensamento. Nesse contexto, estão incluídas reformas como a colocação de revestimentos externos e internos; os reforços estruturais; a abertura de janelas; a complementação ou substituição de telhados; a adequação das instalações elétricas e hidrossanitárias; o tratamento de infiltrações e umidade; a instalação de elementos de proteção em escadas e lajes; eventualmente, a ampliação ou reconfiguração de compartimentos; dentre outros serviços necessários.

A assessoria e assistência técnica, por sua vez, é um campo de atuação voltado à viabilização e dignificação da habitação popular. É frequentemente conhecida pela sigla "ATHIS": Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Apesar de, geralmente, estar associada à democratização e à popularização dos serviços de arquitetura e engenharia, envolve uma rede mais ampla de temas, disciplinas e atores em prol do direito à moradia e à cidade. A melhoria habitacional em favelas é uma das práticas da ATHIS, que pode ou não ser realizada pelo Estado, sendo cada vez mais prevalente a realização por ações de organizações não governamentais e por empresas intituladas "negócios sociais".

A partir da análise das experiências estatais, Genaro [28, 29] destaca que os programas de melhoria habitacional são complexos, enfrentam diversas dificuldades e nem sempre alcançam seus objetivos, nem atendem a demanda necessária. A ação requer a capacidade institucional do órgão que a viabiliza, o que inclui a disponibilidade de um número significativo de funcionários técnicos, recursos financeiros, a constituição de programas oficiais, a contratação de obras de acordo com os critérios de licitação pública e, sobretudo, uma aproximação sólida desse serviço junto ao morador da favela, que requer legitimidade da proposta para a sua autorização e participação.

Em termos práticos, são exemplificadas as dificuldades de: elaboração de projetos específicos; intervenção em estruturas cuja estabilidade construtiva é desconhecida, o que interfere nos pareceres e registros de responsabilidade técnica; e as especificidades de obras de reformas em favelas, nas quais o morador participa e permanece ocupando o local durante a execução dos serviços; e, os custos elevados para atender todas as necessidades. Todos esses fatores levam à descontinuidade dos programas, à falta de acompanhamento após a execução dos serviços de melhorias, o que, em muitos casos, faz com que as reformas subsequentes realizadas pelos moradores reflitam as mesmas condições de precariedade que motivaram a intervenção.

A autora defende que os programas de melhorias habitacionais devem ser permanentes, baseados em critérios e dados e, sobretudo, vinculados à política nacional de promoção da saúde. Em Salvador, capital do Estado da Bahia, nordeste do país, onde realizou a pesquisa de campo de seu doutoramento, os resultados mostraram que no ano de 2021 mais de 100 mil domicílios situados em territórios populares precisavam de atendimento prioritário dos serviços de melhorias habitacionais, enquanto outros mais de 130 mil precisavam de acompanhamento por conta de, se continuarem os indicadores de saúde relacionados aos aspectos físicos dos assentamentos, passam a solicitar esses serviços em futuro próximo.



Coelho [7] salienta que a melhoria habitacional em favelas urbanizadas, em geral, é entendida como uma ação de pós-urbanização, ou seja, não é compreendida como parte do escopo das intervenções durante a urbanização de favelas. Geralmente, quando ocorrem, as melhorias nas unidades são executadas muito tempo depois das obras de urbanização, quando já foram acrescentadas diversas outras camadas de intervenção, tanto na moradia quanto no assentamento. Em meio à consolidação das inadequações e precariedades intradomiciliares, além do grande número de casos e fatores para tratar, surge um quadro de irreversibilidade, mesmo que haja criativas alternativas técnicas. A situação requer, inevitavelmente, medidas de remoção e reposição da moradia.

Dessa forma, a autora sustenta a importância do Estado nessas ações, tendo em vista sua discricionariedade, responsabilidade de assegurar o direito à moradia digna e capacidade de custear a totalidade dos custos da requalificação ou provisão de moradias em favelas, sem onerar os moradores, que já aplicaram uma grande parte dos recursos familiares ao longo dos anos. As organizações não governamentais, em arranjos independentes, e os negócios sociais não possuem a mesma capacidade discricionária, além de terem um alcance de execução de serviços de construção civil muito inferior às obras necessárias para lidar com os problemas, e, frequentemente, repassam os custos aos moradores. Assim sendo, com base nas evidências desta e de outras autoras [7, 28, 29, 30, 31], é sugerida a compreensão da melhoria habitacional em conjunto com os conceitos de direito social e universalidade das políticas públicas.

Esse cenário apresenta desafios técnicos e políticos às práticas de assessoria técnica. O cenário de irreversibilidade diante da consolidação da precariedade coloca limites técnicos ao alcance dos projetos e obras de arquitetura e engenharia, como, por exemplo, uma edificação que está sobre um córrego canalizado que provoca as manifestações de umidade e o tratamento requer intervenção no âmbito da infraestrutura e não da unidade. Ou uma situação em que a inserção da edificação no lote e no tecido urbano do assentamento torna-se uma inflexão às alternativas de abertura de janelas, e mesmo as medidas de ventilação forçada, além da baixa eficácia, levam a oneração excessiva do custo da intervenção, tornando-se economicamente inviável. No campo político, para lidar com as situações exemplificadas, as diversas formas e agentes de assessoria técnica enfrentam um desafio de rever e compreender suas funções, propostas e, especialmente, suas relações com o Estado.

### 3.4 Avanços no conhecimento em direção à porta para dentro

Os trabalhos citados indicam um avanço no conhecimento da dimensão “da porta para dentro” da moradia em favelas brasileiras, com a principal contribuição em dados e metodologias de caracterização, bem como nos impasses e perspectivas das práticas de melhorias habitacionais. Apesar de serem em número reduzido, eles demonstram que, no interior do domicílio, a precariedade habitacional se manifesta com mais intensidade e de diferentes maneiras. Esta situação causa um impacto direto na relação do morador de favela com o ambiente construído, especialmente no que diz respeito à saúde.

É relevante salientar a atualidade dessas produções, no entanto, a sistematização dos trabalhos também indica que há um longo caminho a ser percorrido. Além das duas principais abordagens, argumenta-se que é preciso interpretar a moradia favelada como uma *dimensão territorial*, o que levará a leituras e pesquisas mais amplas, complexas e interdisciplinares [21]. É importante destacar que as pesquisas que empregam o método “porta adentro” estão concentradas, em sua maioria, nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A maioria dos trabalhos baseiam as suas pesquisas de campo em Diadema, na RMSP, o que se justifica pela trajetória da política

local de urbanização e do tratamento da precariedade da moradia, mas que tem suas particularidades que limitam a generalização. Sendo assim, é recomendável que se amplie à agenda de pesquisa em âmbito regional (grandes regiões do Brasil, região continental da latinoamérica e região geocultural do espaço lusófono) esse tipo de abordagem em relação à moradia, o que permitirá um maior entendimento dos problemas e contribuições para as respostas contextualizadas das políticas públicas.

A *dimensão da precariedade* das moradias em favelas urbanizadas explorada e apresentada está relacionada, portanto, a um conjunto de fatores. Além das características físicas, quando em discussão, é crucial considerar a forma de produção da moradia; os agentes e as dinâmicas territoriais que a envolve; os princípios, caráter e limites da intervenção e das medidas pós-urbanização no assentamento em que está inserida; e as respostas governamentais tomadas (ou não tomadas) visando mudar permanentemente essas condições.

#### **4. Uma interpretação a partir do território da maior favela de São Paulo: Heliópolis**

De acordo com o que foi apresentado, esta seção interpreta como a discussão se desenvolve de forma concreta nos territórios das favelas urbanizadas. A partir de uma análise preliminar dos aspectos físicos do Núcleo Mina, uma porção territorial favela de Heliópolis, considerada a maior favela da cidade de São Paulo, que, por sua vez, possui o maior número de favelas do Brasil, é proposto interpretar os efeitos da urbanização na consolidação da precariedade do assentamento. E, com base nas primeiras incursões em unidades habitacionais situadas neste núcleo, é possível observar os efeitos da consolidação da precariedade na moradia.

Os conteúdos apresentados são parte das bases e do plano de trabalho da pesquisa “Favelas urbanizadas em São Paulo: ambiente construído e apropriação no pós-obra”, em andamento pelo Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR) da Universidade Federal do ABC (UFABC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ainda não correspondem aos dados analisados e divulgados, apenas cumprem a função de representar a discussão teórica no território.

##### **4.1 Breve introdução sobre a urbanização da favela de Heliópolis**

A origem de Heliópolis está ligada às ações governamentais de intervenção em favelas nos anos 1970, quando a prática predominante era a erradicação. A área onde atualmente está o assentamento, com cerca de 1 milhão de metros quadrados e mais de 200 mil habitantes, serviu como abrigo para famílias que foram removidas das primeiras favelas paulistanas. A disputa pela terra foi complexa, com a resistência aos planos de desfavelamento e pedidos de reintegração de posse; conflitos com grileiros; aumento das ocupações de áreas livres, sobretudo sobre os grandes campos de futebol característicos da região de várzea; propostas onerosas de regularização fundiária; e a reivindicação pelo direito de usufruir dos instrumentos da política urbana, tais como a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e a Concessão de Uso Especial para Moradia [32]. Hoje, a favela é considerada consolidada e bem localizada, em termos de acesso aos modais de transporte, como ônibus municipais e intermunicipais e metrô, que dão fácil acesso à zona central, próxima de equipamentos públicos e vizinha de bairro com infraestrutura bem desenvolvida.



As ações e obras para sua urbanização, desde a década de oitenta, se deram ao longo de muito tempo, sendo contraditoriamente continuadas e descontinuadas por quase todas as administrações municipais, com a adoção de diversas formas de intervenção. Essa característica está relacionada à urbanização por meio de *camadas de intervenções* públicas [4]. Como exemplo de variação temporal e qualitativa, destacam-se os seguintes eventos: (a) em 1982 foram implantados os Programas de Pró-Água e Pró-Luz, mas somente em 2010 houve a instalação de medidores de energia pela concessionária de distribuição de energia e, em 2015, houve a modernização da iluminação pública com a tecnologia LED; e (b) em 1990, por meio de mutirão, iniciou-se a implantação de redes de infraestrutura e a contenção de encostas, mas apenas em 2006 iniciaram-se obras mais pesadas pela prefeitura, como a canalização de córregos, ações que serão intensificadas com lançamento dos investimentos federais através do PAC em 2008 [32].

Os equipamentos públicos comunitários implantados em Heliópolis são uma marca das intervenções. Desde 1982, já se tinha a instalação de um Posto de Assistência Médica (PAM) – que caracterizará todo um núcleo do assentamento –, e, em 2019, foi entregue um posto de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), com recursos federais, que atende às demandas de saúde de média complexidade. Ademais, conta com serviços de saúde básicos e está próxima de grandes hospitais. No segmento da educação, em 2009 foi concluída a implantação do Polo Educacional e Cultural de Heliópolis, incluindo uma instituição de ensino técnico público e gratuito, vinculado ao governo estadual. A equipamentação mais recente resultou num parque urbano estadual em 2022. Todos esses equipamentos enfrentam dificuldades em termos de conservação e manutenção e não é possível certificar o seu atendimento às necessidades.

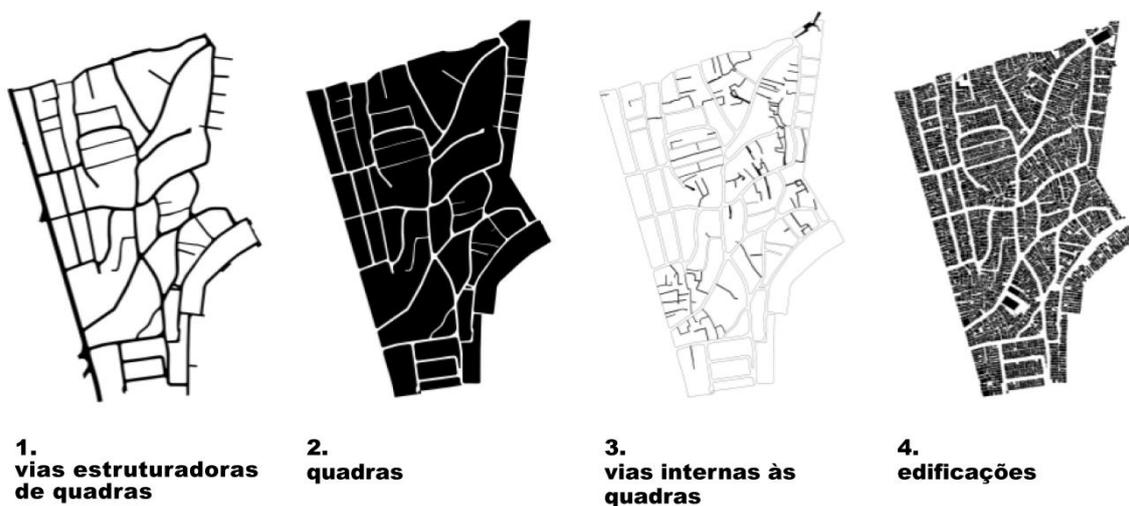
Dentre as diversas características das intervenções, as que se sobressaem são as ações de provisão de moradia. Desde o final dos anos oitenta, os governos municipais e estaduais adotaram diversas soluções habitacionais em Heliópolis, resultando em uma grande produção de novas unidades. Uma grande variedade de tipologias foi executada: casas pré-moldadas; edifícios verticais; edifícios com sistemas alternativos de pré-fabricação; plantas típicas adotadas para todo o estado de São Paulo; projetos específicos selecionados através de concursos públicos de arquitetura e urbanismo; e, inclusive, edifícios com formas inusitadas, como o conjunto habitacional popularmente conhecido como "Redondinhos", projetado pelo renomado arquiteto Ruy Othake. As demandas e as formas de produção também foram diversas, com construções voltadas à renda média; atendimento às famílias removidas por outras intervenções; obras realizadas em regime de mutirão e diversas empresas contratadas através de contratos de licitação pública. A produção dessas moradias envolvem impasses relacionados ao deslocamento involuntário, adequação cultural às unidades habitacionais e fragilidade das medidas de pós-ocupação [33].

Apesar de terem sido muitas as intervenções para a urbanização, a favela de Heliópolis apresenta condições que demonstram uma consolidação da precariedade da infraestrutura e, particularmente, da moradia. É preciso ter em mente que o elevado grau de adensamento do assentamento sempre será um desafio para a preservação da qualidade de vida urbana.

## 4.2 Consolidação da precariedade sobre o assentamento e no interior da moradia

A partir da leitura do Núcleo Mina, uma das oito divisões territoriais da favela de Heliópolis, percebe-se que as intervenções de urbanização criaram um tecido urbano que afeta negativamente as condições de vida do assentamento. Interpreta-se que as ações resultaram em *vias estruturadoras de quadras*, embora com larguras inferiores

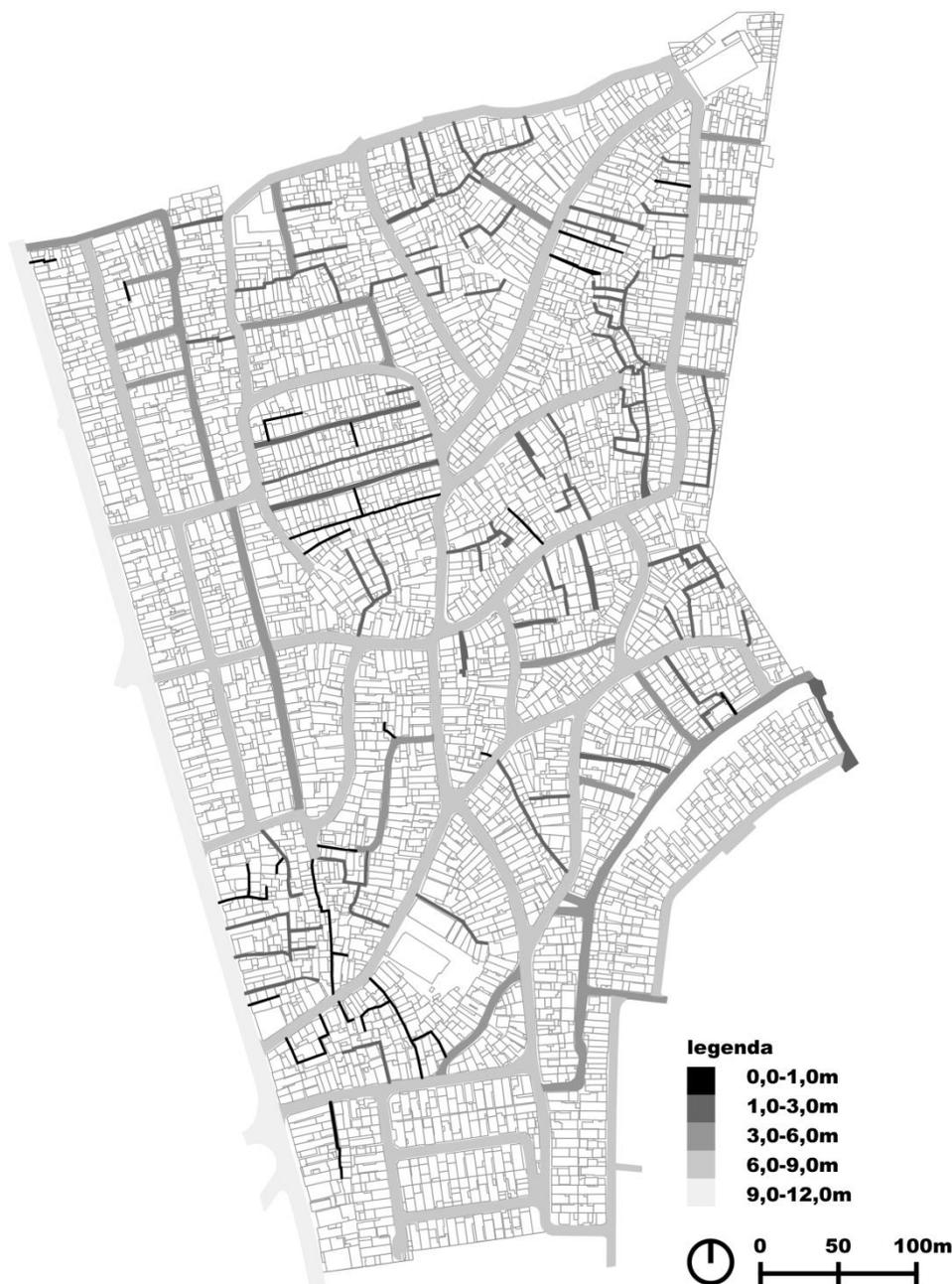
aos parâmetros urbanísticos oficiais, que, por sua vez, definem *quadras*, geralmente de grande extensão; e, em muitas delas, incentivaram a penetração de *vias internas às quadras*, a partir das quais é possível acessar o maior número de *edificações*, conforme representado na Fig. 1. Dessa forma, uma unidade habitacional que esteja localizada em diferentes arranjos entre esses elementos pode apresentar características distintas, como, por exemplo, uma moradia construída em uma via mais larga e em uma quadra menor, com uma melhor proporção, terá condições distintas daquelas que estão localizadas em uma viela mais estreita no interior de uma quadra de grande área. Essa circunstância resulta em “miolos de quadra” mais suscetíveis à densidade construtiva e populacional, o que, como discutido na seção 3, implica no impedimento do acesso ao sol e à ventilação natural.



**Fig. 1:** Esquema de representação da estrutura de composição do tecido urbano do Núcleo Mina.

Fonte: LEPUR com base em SEHAB/PMSP (2017), 2023.

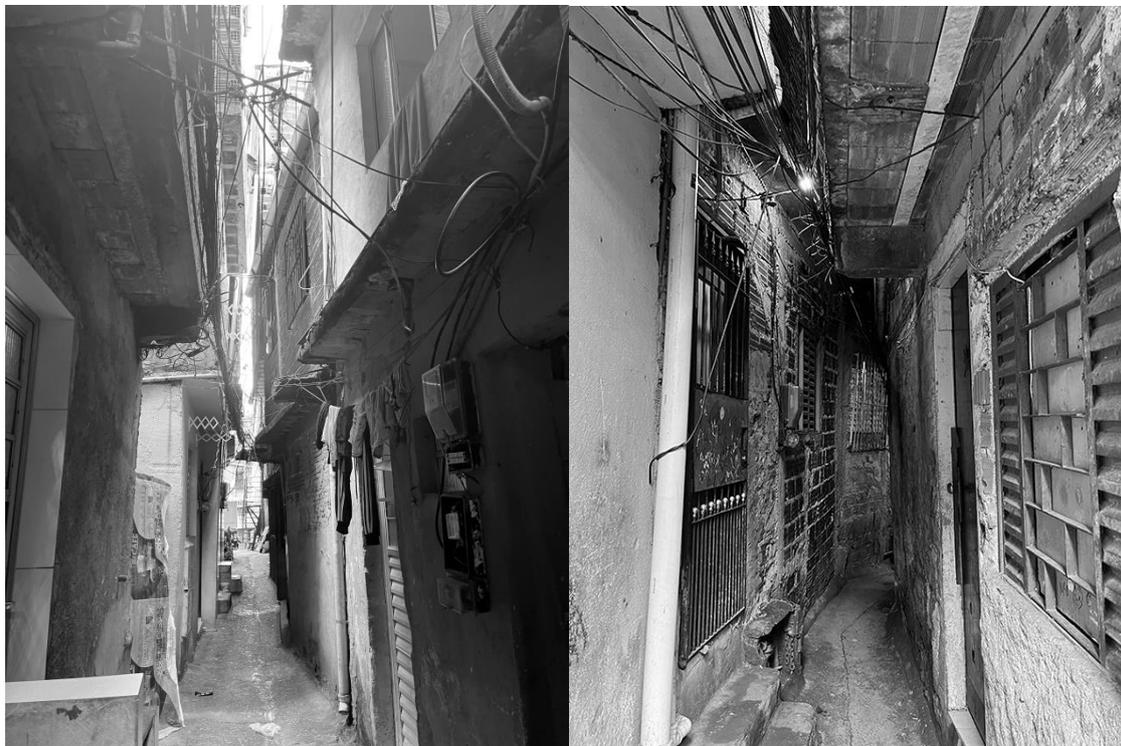
A diferença de tamanho entre os dois tipos de vias, que pode resultar em vias com dimensões inferiores a 1 metro de passagem naquelas internas às quadras, é um fator determinante para a consolidação da precariedade do assentamento [Fig. 2]. Isto ocorre devido ao estreitamento implicar em: (a) dificuldade de instalar e manter infraestruturas de saneamento, drenagem e iluminação pública, sendo que as peças são grandes proporções. Além disso, é preciso ter em vista que essas vias são constantemente criadas ou recriadas pelos próprios moradores após as obras de intervenção; (b) impossibilidade da coleta de resíduos sólidos das residências, do atendimento dos serviços de correspondência, já que geralmente essas vias não são reconhecidas pelo sistema de endereçamento postal, e do acesso de veículos de emergência, como ambulâncias e veículos do Corpo de Bombeiros; e (c) o aumento da sensação de insegurança, uma vez que o estreitamento, os numerosos cruzamentos entre as vias e, frequentemente, a ausência de saída - além da possível falta de iluminação pública -, levam muitos moradores a instalar portões de controle para permitir que apenas os residentes daquela via tenham acesso.



**Fig. 2:** Classificação das larguras das vias estruturadoras de quadras e as internas a elas.  
Fonte: LEPUR com base em SEHAB/PMSP (2017), 2023.

Ao somar as edificações, o ambiente construído nessas condições resulta em uma sensação de enclausuramento devido à tridimensionalidade decorrente das proporções de via muito estreita e verticalização das construções. O "avanço aéreo" das construções – ou seja, ao se erguer um pavimento superior, avança-se a laje em direção à superfície da via –, explica as dificuldades de iluminação natural neste ambiente, que é, essencialmente, externo ao domicílio. Além disso, o acesso imediato às portas e janelas das edificações representa um conflito à privacidade domiciliar. Como já foi mencionado, há edificações voltadas para vias mais largas e onde há maior infraestrut-

tura. No entanto, a situação em questão é a que mais demonstra a consolidação da precariedade nas favelas urbanizadas e, em predomínio, as mais frequentes neste núcleo analisado [Fig. 3].



**Fig. 3:** Característica do ambiente construído das vias internas às quadras.  
Fonte: LEPUR, 2024.

No interior do domicílio, é inevitável refletir o que está exterior a ele. Nas incursões domiciliares no Núcleo Mina, confirma-se o que os autores citados na seção 3 apresentam sobre as características gerais da moradia autoconstruída em favela urbanizada. É importante destacar a presença frequente de compartimentos sem janelas ou com aberturas voltadas para ambientes fechados que não permitem a circulação de ar; a presença de umidade e infiltração; escadas inadequadamente protegidas em relação ao risco de queda por altura; armazenamento de botijão de gás de cozinha em ambientes sem ventilação adequada; e instalações sanitárias de banheiros precárias. No entanto, há indícios de que o adensamento de Heliópolis, de certa forma, agrava essas condições. São notáveis as unidades habitacionais que reúnem, senão todos, quase todos os indicadores de precariedade [Fig. 4, Fig. 5].

Novamente, é claro, há domicílios em que não são preponderantes esses indicadores, sobretudo aqueles que são favorecidos pelo tecido urbano, como, por exemplo, os internos a edificações situadas em esquina de vias estruturadoras e com grandes proporções. Neste caso, se tem maior superfície de fachada e possibilidade de abertura de janelas para ventilação e insolação. Contudo, tal como na dimensão do assentamento, é argumentado que as edificações localizadas nas vias internas das quadras favorecem a formação de domicílios com maior intensidade de *precariedade*, o que é crucial para a sua consolidação.



**Fig. 4:** Características do interior de um mesmo domicílio: ênfase para as escadas inadequadas, instalações sanitárias e elétricas precárias.

Fonte: LEPUR, 2024.



**Fig. 5:** Características do interior do mesmo domicílio anterior: ênfase para as condições de compartimentos sem presença de janelas.

Fonte: LEPUR, 2024.

## 5. Notas conclusivas

A urbanização de favelas demonstra-se uma política habitacional que tem um importante papel de intervenção nas condições de moradia dessa forma de assentamento. A partir da trajetória brasileira, percebe-se que a implementação dessa política pode contribuir para a ampliação da infraestrutura urbana e do acesso aos serviços públicos; a redução de riscos; implantação de equipamentos comunitários; e, de certa forma, para a inclusão dos territórios de favelas no orçamento público. Contudo, esta resposta abrange uma parte do “problema”, e, ainda assim, não está presente em todas as ações de urbanização. A prática de urbanização de favelas foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, mas o que se destaca é que ela consolidou um paradigma que considera que a precariedade pode ser resolvida com a execução de obras de infraestrutura. Em contraste, o presente trabalho contribuiu a compreensão de que, apesar de urbanizada, a precariedade em favela é *latente* ao assentamento e *patente* no interior do domicílio.

A compreensão das características do interior do domicílio favelado e a sua relação com as políticas de intervenção não é uma tarefa simples. Os trabalhos sistematizados na seção 3, além de serem bastante atuais, têm uma contribuição significativa para o entendimento atual desse universo, especialmente aqueles que empregam métodos que se estendem “da porta para dentro”. Entretanto, há caminhos temáticos e regionais a serem percorridos: a maioria dos trabalhos está relacionada às práticas de melhoria habitacional e estão concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. É argumentado que é necessário aprofundar as pesquisas sobre as características das moradias em favelas localizadas em todo o Brasil, uma vez que as diferenças regionais são relevantes, bem como para os países latino-americanos e lusófonos. Além disso, o entendimento da moradia como uma dimensão territorial pode permitir uma leitura interdisciplinar, uma vez que foi demonstrado que ela está envolvida em dinâmicas de produção e apropriação do espaço, de saúde e cultura, dentre outros setores.

Por meio desse texto, retrata-se que a dimensão da precariedade das moradias em favelas brasileiras está relacionada, portanto, a um conjunto de fatores. Além das características físicas, é crucial considerar a forma de produção da moradia; os agentes e as dinâmicas territoriais que a envolvem; os princípios, caráter e limites da intervenção e das medidas pós-urbanização no assentamento em que está inserida; e as ações governamentais tomadas para melhorar essas condições de forma permanente. Enquanto leitura da realidade concreta que resulta desses fatores, a interpretação territorial a partir de Heliópolis ajuda a compreender que há uma consolidação da precariedade tanto no assentamento quanto no interior da moradia em favelas urbanizadas. É recomendável que as políticas habitacionais incluam o tratamento da precariedade da moradia favelada como um componente integrante das intervenções de urbanização. Nesse contexto, também é preciso pensar em medidas que não se limitam à assessoria e assistência técnica de interesse social. Somente por meio deste caminho será possível iniciar uma mudança de paradigma.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado no âmbito da pesquisa “Favelas urbanizadas em São Paulo: ambiente construído e apropriação no pós-obra” com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 22/15132-9.



## Referência Final

Este trabalho foi realizado especificamente para o 5.º CIHEL, tendo sido autorizado para publicação nas atas do congresso. com livre autorização para publicação nas respetivas atas do congresso.

## Referências Bibliográficas

- [1] Valladares LDP. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- [2] Mukhija V. “Upgrading Housing Settlements in Developing Countries: The impact of Existing Physical Conditions”, *Cities*, 8(4), 213-222, 2001.
- [3] IBGE. *Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Notas técnicas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia, 2019.
- [4] Cardoso AL, Denaldi R. *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- [5] Cardoso AL, Denaldi R, Silva MN. *Urbanização de Favelas no Brasil. Trajetórias de políticas municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- [6] Cardoso AL, Denaldi R. “Slum Upgrading beyond incubation: exploring the dilemmas of nation-wide large scale policy interventions in Brazil’s growth acceleration programme (PAC)”, *International Journal of Urban Sustainable Development*, 13(3), 530-545, 2021.
- [7] Coelho GB. *Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.
- [8] Denaldi R. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.
- [9] United Nations. *The New Urban Agenda*. Washington, D.C.: HABITAT III, The United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, 2017.
- [10] Cohen M, Madavo, C, Dunkerley H. *Learning by Doing: World Bank Lending for Urban Development, 1972-82*. Washington, D.C.: The World Bank, 1983.
- [11] Brasil. *Política Habitacional e a Integração de Assentamentos Precários: Parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2008.
- [12] World Bank, Cities Alliance. *Cities Without Slums: Action Plan for Moving Slum*. Washington, D.C.: The World Bank, 2000.
- [13] Petrarolli J. *O tempo nas urbanizações de favelas: Contratação e execução de obras do PAC no Grande ABC*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2015.
- [14] Magalhães F, Villarosa D. *Urbanização de favelas: Lições aprendidas no Brasil*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.
- [15] CIGABC, UFABC. *Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC*. Relatório Final. Santo André: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, 2016.
- [16] Cabral GEHM. *Autoconstrução formas e fômas: um olhar sobre seus canteiros e processos de produção em São Paulo, anos 2010*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.



- [17] Samora PR. *Projeto de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.
- [18] Pasternak S, D'Ottaviano C. "Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010", *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 18(35), 75-100, 2016.
- [19] Taschner SP. *Moradia da pobreza: habitação em saúde*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1983.
- [20] Carvalho S. *Avaliação da Aplicabilidade do Conceito de Habitabilidade nas Moradias das Favelas Cariocas: O Caso de Vila Canoas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- [21] Piqui LRP. *Da porta para dentro, escada a cima: A moradia autoconstruída em favela urbanizada*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2023.
- [22] Denaldi R, Santos FP. "Urbanização de favelas e o tratamento da precariedade das moradias. Notas sobre as intervenções realizadas no âmbito do PAC em São Paulo", *Habitação e o Direito à Cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise* (Eds.: AL. Cardoso, C. D'Ottaviano), Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2021.
- [23] Nisida VC. *Desafios da regulação urbanística no território das favelas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.
- [24] Carvalho S. *Entre a Ideia e o Resultado: o papel do projeto urbano na urbanização de uma favela*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- [25] Nakamura MS. *O controle urbano nas favelas urbanizadas: o caso da Região do ABC*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2014.
- [26] Zuquim ML, Nogueira FR, Moretti RS, Canil K. "Remanescência da ilegalidade, da irregularidade, da precariedade e dos riscos pós-urbanização de favelas", *Anais do II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1-15, 2016.
- [27] Wakely P, Riley E. "The Case For Incremental Housing", *CIVIS*, Washington, D.C.: Cities Alliance, 2010.
- [28] Genaro JG. *Os programas de melhorias habitacionais: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.
- [29] Genaro JG. *Mapear para intervir: a relação entre a moradia e a saúde nos programas de melhorias habitacionais no sul global*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.
- [30] Haddad AMCNF. *Não repara a bagunça: um estudo sobre iniciativas em melhorias habitacionais*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.
- [31] Lupo LS. *Sobre fissuras e rachaduras: Chapisco, emboço e reboco. Reflexões sobre intervenções de melhorias habitacionais em assentamentos populares*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2024.
- [32] Saraiva C, Brajato D, Alvarado AS, Chinchilla MA, Lima L, Lopez C, Hamada M, Mamblona N, Moreira FF, Machado G, Felix G, Silva LM, Franco LL, Otaviano M, Pinto MG. *Tramas Urbanas: Trajetórias Da Urbanização Da América Latina*, Te-



ma: Urbanização De Territórios Populares E Periféricos (<https://tramas-urbanas-al.proec.ufabc.edu.br/>), Site, 2024.

- [33] Moreira FF. *Heliópolis e as estratégias de enfrentamento da cidade real*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

## Nota curricular

### **Rosana Denaldi**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2003) e Professora Associada da Universidade Federal do ABC (UFABC) vinculada ao Bacharelado Planejamento Territorial e ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Atualmente é uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR) da UFABC, e também uma das responsáveis pela implantação do Centro de Estudos Territoriais da Favela (CEFANELA), no âmbito dos programas de pesquisa, inovação e difusão científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura do Município de Santo André.

### **Leonardo Rodrigues Pitas Piqui**

Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC), onde é Pesquisador Associado ao Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR). Atualmente exerce a função de arquiteto público junto ao Departamento de Planejamento Habitacional da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de Diadema. Trabalha com planejamento, projeto e obra para urbanização de favelas, produção e melhoria habitacional de interesse social e qualificação de espaço livre público informal.

### **Maria Vitória de Oliveira Martins**

Mestranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC), onde é Pesquisadora Associada ao Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR).